

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICA NO SÉCULO XIX: THOMAS CARLYLE E O CULTO AOS HERÓIS

Débora El-Jaick Andrade¹

RESUMO: Este artigo se debruça sobre os escritos do historiador escocês Thomas Carlyle referentes a sua concepção de história, mostrando em sua obra a percepção da História Universal como sendo a biografia de grandes homens. Inspirado pela filosofia e literatura alemães e pela visão de mundo do romantismo, justificava a adoração aos heróis através de sua filosofia da história, presente em artigos, panfletos e livros, em especial nas obras *Heroes and Hero worship* e *Past and Present*.

O objetivo de tal análise é identificar a correspondência entre o pensamento histórico do autor, fundamentado no historicismo romântico, e sua forma de conceber politicamente a sociedade capitalista moderna, contrastando-a com as formas sociais passadas, sobretudo do período medieval. Ao longo do texto pode-se constatar a analogia estabelecida entre a História e a biografia individual, a valorização dos heróis anônimos, a busca pela autoridade e pelo heroísmo realizada pelo historiador.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia. Romantismo. Heróis.

ABSTRACT: This article analyses the writings of the scottish historian Thomas Carlyle concerning his conception of history, demonstrating his view of Universal History as the biography of

¹ Doutoranda em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada *O Paradoxo no pensamento de Thomas Carlyle: resistência à democracia e o culto ao grande homem*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social de Universidade Federal Fluminense em março de 2002.

great man. Inspired by German philosophy and literature and by the world view of romanticism, Carlyle justified hero worship in his philosophy of History and enjoyed fame from 1830 to 1850. The aim of this analysis is to identify the correspondence between his historical thought, based on romantic historicism, and his political conceptions about modern capitalist society, in contrast to ancient social patterns, especially of medieval times. Throughout the text one may recognize the analogy between History and individual biography, the valuation of anonymous heroes and the search for authority and for heroism.

KEYWORDS: Historiography. Romanticism. Heroes.

Poucos leitores contemporâneos se deteriam na obra de Thomas Carlyle, escritor, crítico e historiador escocês de meados do século XIX. Não apenas no Brasil, mas também na Grã-Bretanha, pouco se escreve sobre seu pensamento e sua concepção de história. No entanto, quando algumas de suas obras mais surpreendentes foram publicadas, em meio à eclosão do movimento Cartista na Inglaterra, foram merecedoras dos mais entusiasmados elogios e das mais contundentes críticas do jovem Engels², de John Stuart Mill e do escritor americano Emerson.

No Brasil, a recepção das idéias do autor ocorreu na geração letrada dos últimos decênios do século XIX e dos primeiros anos do século XX, para a qual Carlyle era “leitura corrente” (RIOS, 2004).

² Em uma resenha de Friedrich Engels intitulada “A situação na Inglaterra”, publicada em 1843 no Anuário Franco-alemão, o escritor socialista dedicase a apresentar para os leitores alemães a obra recém publicada *Past and Present*, escrita em 1843, de um crítico social romântico de seu tempo, o historiador e escritor Thomas Carlyle (1795-1881). Talvez a obra tenha inspirado o fundador do materialismo histórico em seu próprio trabalho de pesquisa que iniciara em 1842 e resultara na publicação de *A condição da classe operária na Inglaterra* alguns anos depois, apesar de possuir com ele discordâncias fundamentais.

Gilberto Freire, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Jackson de Figueiredo, entre outros, parafraseavam-no e, principalmente, apelavam para a sua formulação a respeito dos heróis na história. Este aspecto, talvez o mais controverso de sua obra, levou alguns autores como Jorge Luís Borges a atribuir-lhe a fama de ideólogo do nazismo (RIOS, 2004).

Para se compreender realmente o sentido da formulação de Carlyle, que se encontra essencialmente em seu clássico livro *Heroes and Hero worship* (1841), é necessário considerar sua trajetória como historiador e pensador, suas influências teóricas, seus interlocutores e sobretudo a sua filosofia da História. Esta última foi esboçada em artigos publicados em revistas nas décadas de 1820 e 1830 e foi desenvolvida em trabalhos posteriores, como no livro *Past and Present* (1843). Interessa-nos sobretudo, demonstrar a articulação existente entre a filosofia da história, impregnada das idéias do historicismo e do romantismo, e as conseqüências políticas de tais idéias.

Apoiamo-nos na proposição de Josep Fontana, exposta no livro *História: análise do passado e projeto social* (FONTANA, 1998), de que existem idéias que orientam o pensador social e historiador na tarefa de refletir sobre o passado e de construir um modelo de interpretação para ele. Segundo Fontana, “toda visão da história constitui uma genealogia do presente”, porque tem uma função de legitimação ou de contestação política da ordem estabelecida, assim como cada visão está circunscrita a um projeto social subjacente e intimamente relacionada à trajetória do seu autor.

Thomas Carlyle e seu tempo

A origem e a trajetória do escritor escocês revelam muito sobre a sua visão da história. Nascido em uma família humilde, na pequena cidade escocesa de Ecclefechan, Thomas Carlyle teve uma criação calvinista que lhe despertou o desejo incansável de afirmar a convicção de que a modernidade precisava refundar as bases morais e religiosas sobre as quais se apoiava. Graduou-se

em teologia na Universidade de Edinburgh, ainda considerada uma das mais avançadas instituições de ensino superior da Grã-Bretanha, porém escapou do púlpito para tornar-se uma espécie de “profeta laico” da História. O momento nodal, em sua trajetória, foi o encontro com as obras dos escritores alemães Goethe, Schiller, Tieck, Hoffman, Richter e outros românticos, entre os anos de 1819-1821. Estas leituras renovaram a fé que ele julgava perdida, assim como lhe forneceram a segurança e a afinidade teórica de que precisou para prosseguir em sua missão de escritor.

Na primeira metade do século XIX, os cercamentos dos campos, a industrialização e a urbanização começavam a se impor aos contemporâneos. A experiência de desenraizamento e de contato com uma cidade grande – Edinburgh – a partir de 1809, deixou Carlyle deprimido. Após se formar, sobreviveu da tradução de romances e escritos dos românticos alemães, das aulas que ministrava e da publicação de panfletos políticos em periódicos, entre 1819-1824. Mais tarde, em 1834, fez da populosa e movimentada metrópole londrina seu lar, uma vez que como escritor e publicista dependia de um influente círculo literário que lhe garantiria a publicação de seus trabalhos. Mudou-se da pacata e isolada fazenda em Craigenputtoch (Escócia) para Cheyne Row, em Chelsea, Londres, onde recebia amigos de todas as posições políticas, desde revolucionários e radicais a conservadores e aristocratas.

A publicação de *História da Revolução Francesa* (1837) fez crescer sua popularidade entre escritores e público. Travou contato e fez amizade com muitas personalidades do meio intelectual e político, com John Sterling, Lord Houghton e a aristocrata Lady Harriet Baring, com o industrial James Marshall a quem muito admirava, com Erasmus Darwin, com o radical John Stuart Mill, com os escritores Robert Browning, Alfred Tennyson, William Thackeray, William Foster, com o revolucionário Giuseppe Mazzini e com o editor e historiador Anthony Froude, que escreveu sua biografia.

Apesar de ser um amigo atencioso e um debatedor tolerante, sua obsessão pelo trabalho, forte personalidade e o rigor de suas convicções acabaram por afastá-lo de amizades sinceras, como a de John Stuart Mill, com quem um dia sonhou em formar

uma “escola mística” para discussão de problemas teóricos e práticos da realidade. John Stuart Mill, filho do filósofo radical James Mill, foi educado dentro dos princípios liberais e utilitaristas de seu pai e de Jeremy Bentham, que ditavam que o valor moral das ações dos indivíduos dependia de sua utilidade, isto é, da capacidade de acarretar a felicidade a um maior número de pessoas. A necessidade de permanentemente calcular a utilidade das ações, levou os defensores do utilitarismo a estabelecer leis que previssem as conseqüências produzidas pelos atos e criassem projetos de reforma social a partir da justificativa utilitária. Para os utilitaristas, a liberdade individual esbarraria no limite da utilidade das ações para se promover a felicidade coletiva, sobre a qual o Estado poderia intervir no caso de se tratar de ações nocivas para a sociedade. A aproximação de Thomas Carlyle contribuiu para a reformulação e o aprofundamento realizado por Stuart Mill das questões morais e das considerações sobre a democracia na doutrina utilitarista.

Carlyle não poupava ninguém em suas críticas: nem radicais, nem liberais, aristocratas ou políticos, como o Primeiro Ministro conservador Robert Peel e Edwin Chadwick, secretário da comissão encarregada de implementar a Nova Lei dos Pobres. O convívio em um círculo de trocas intelectuais e de debates tão heterogêneo, contudo, distanciou-o tanto do discurso liberal como do conservador, que procuravam distorcer o sentido da grave crise política e econômica, expressa no crescimento das fileiras de desempregados que passavam a integrar a massa de indigentes por volta dos anos de 1830 e 1840.

As raízes mais remotas desta crise remontam ao estabelecimento da hegemonia liberal no século XVIII, ao retorno do partido *tory* (partido da aristocracia agrária anglicana), ao poder a partir da Revolução Francesa, à repressão ao “jacobinismo” e aos movimentos e organizações sindicais. A experiência de enfrentar um inimigo interno fez com que os grandes comerciantes e financistas capitalistas reunidos no partido liberal (o partido whig) retrocedessem em seu apoio aos filósofos radicais na defesa da democracia. O discurso anti-revolucionário, antidemocrático que

apontava para a possibilidade da anarquia e da destruição da propriedade privada, motivava a construção de prisões, a criação de uma força policial, a racionalização do aparelho de Estado, de novas leis dos pobres com a criação de casas de trabalho e de leis criminais, para exercer o controle social sobre as classes populares. Estas reformas representavam que, pela primeira vez, a *classe média*³ ditava costumes, valores e padrões de comportamento para a aristocracia e para as classes subalternas, assumindo gradativamente a direção da sociedade política.

Desde o final da guerra contra a França, as classes populares enfrentavam dificuldades, não só pelo encarecimento de alimentos, como o trigo com a política de compensação dos grandes proprietários rurais durante as guerras napoleônicas, mas pela transformação do sistema fabril que, por meio da extração de mais-valia relativa, tornava obsoleto o trabalho de milhares de trabalhadores, incapazes de viver como artesãos independentes. A reação dos trabalhadores processou-se nos vinte anos seguintes, com as revoltas ludistas, os Pentridge Risings, Peterloo e foram violentamente reprimidos.

Nos anos de 1830 e 1840 a classe dirigente, em grande parte direcionada pelas idéias dos reformadores radicais e utilitaristas, procurava conhecer a condição social, de trabalho e moral da classe trabalhadora estabelecendo comissões de inquérito, criando leis para regular o trabalho infantil e feminino, a jornada de trabalho, a instrução pública. Enquanto os liberais que representavam os interesses dos industriais e os radicais desejavam a abolição de leis que emperravam o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e defendiam a Reforma eleitoral de 1832 para a integração de classe média ao eleitorado, os *tories* opunham-se às reformas que minavam progressivamente seus privilégios aristocráticos.

³ Entende-se “classe média” aqui não como sinônimo de extratos médios, mas como terminologia da época para referir-se aos setores industriais e negociantes dentre a classe proprietária capitalista.

A classe trabalhadora que havia apoiado de diversas maneiras a Reforma eleitoral, ainda encontrava-se privada: 5 em cada 6 trabalhadores tinham direito ao voto. A aprovação desta reforma sem a perspectiva de ampliação do sufrágio, deflagrou greves e agitações, propaganda da imprensa radical e operária ao longo da década de 1830 e as campanhas de unificação das associações operárias culminaram na fundação de uma Convenção Nacional composta por representantes dos operários de várias partes da Grã Bretanha. A Convenção elaborou entre 1838 e 1839 uma petição a ser encaminhada ao Parlamento contendo seis pontos, dentre eles o sufrágio universal. O movimento dos trabalhadores, embora ideologicamente heterogêneo, possuía uma plataforma comum e mobilizou gerações de trabalhadores por mais de uma década. Sofreu avanços e revezes, chegando a coletar até 5 milhões de assinaturas, mas suas demandas não foram atendidas, e o movimento foi desacreditado até deixar de existir em 1848.

A miséria crônica causada pelo sistema industrial, assim como a politização dos trabalhadores, foram registrados por muitos escritores e intelectuais do período, que escreveram sobre eles em romances, panfletos, colunas de jornais. Mas ao lado de ter se tornado um dos precursores da crítica social, Carlyle teve o mérito de enxergar a classe trabalhadora, suas dificuldades, suas disposições, por trás dos problemas econômicos, das reformas políticas, das estatísticas impessoais dos reformadores utilitaristas. Vislumbrou para além de crises periódicas, que esgotaram o país e que motivaram as grandes agitações políticas e o desemprego generalizado, um processo real e crônico de deterioração física e moral daquela classe que constituía a maioria da população britânica e que viria a ser tema de vários de seus panfletos e livros. Voltava sua percepção para os problemas sociais do presente, os quais denominaria a *Questão da condição da Inglaterra* e como alguns escritores da época, passou a tratar da questão social que coincidia com a questão da pobreza e antagonizava com o utilitarismo preconizado por Bentham e seus discípulos, idealizadores das reformas draconianas empreendidas naquele momento.

Raymond Williams (1983), Michael Löwy e Robert Sayre analisam o aspecto da crítica social do pensador escocês filiando-o a uma tradição radical de contestação. Williams dedicou um artigo de seu livro *Culture and Society* à análise da obra de Carlyle, constatando a sua reação ao industrialismo, a oposição ao novo sistema do “mecanismo”, ao *laissez-faire*, à predominância das relações contratuais, culminando na ampliação do abismo entre ricos e pobres e no caos social. Löwy e Sayre observam que Carlyle compartilha da visão romântica do mundo, que é em sua essência anticapitalista e que faz parte da dimensão esquecida do marxismo (LÖWY, 1990). Marx e Engels buscaram inspiração na crítica dos escritores românticos, tendo inclusive registrado trechos dos panfletos e assimilado expressões que o pensador escocês freqüentemente empregava para denunciar a perda de valores qualitativos do homem em detrimento de valores mercantis, a burocratização do Estado e a transformação do ser humano em engrenagem de uma máquina. Estas afirmações, entre outras, foram feitas em alguns dos seus trabalhos mais expressivos: *Signs of the Times* (1829), *Chartism* (1839), e *Past and Present* (1843). Sobre esta última obra, complexa e fascinante, convergem também duas óticas diferentes: a que diz respeito aos escritos sobre a degeneração da sociedade industrial do século XIX e os escritos sobre a História.

O ofício do historiador

Autor de uma das obras mais lidas do século XIX sobre a *História da Revolução Francesa*, Thomas Carlyle não tinha formação específica de historiador. Fazia parte de uma geração de historiadores amadores que antecedeu a fase de profissionalização ocorrida a partir das mudanças na comunidade histórica nos anos de 1850. Os estudos históricos até 1830, eram uma combinação da prática dos antiquários e de eruditos, mas tinham enorme prestígio na sociedade vitoriana, como constata Philipa Levine (1986). A partir de 1830, teria início uma transformação nas atribuições

institucionais, com a fundação de sociedades locais e novos organismos nacionais designados para promover o interesse no passado. Estas sociedades passariam a determinar o curso das atividades e da carreira profissional e, duas décadas depois, o governo assumiria os projetos de publicação de documentos antes sob o encargo da iniciativa privada.

A fundação do *New Public Record Office* tornaria possível a constituição da primeira classe de profissionais da história: os funcionários públicos e arquivistas, encarregados da classificação dos registros nacionais. Foram seguidos pelos professores universitários e pesquisadores. A História nesta época ganhava reconhecimento acadêmico com a criação de cursos universitários de História, especialmente nas antigas Universidades de Cambridge e Oxford e ocorreria conseqüentemente a expansão da carreira professoral e tutorial, abrindo um novo campo para os historiadores, que se estabeleceriam na segunda metade do oitocentos.

Como estudioso da história, Carlyle nunca pertenceria ao meio acadêmico, a não ser pelo título honorífico de reitor da Universidade de Edinburgh, atribuído em 1865, sem nunca ter sido do corpo docente desta instituição. A sua prática de historiador era, aliás, muito questionável. Ao trabalhar nos arquivos com documentos e ao construir narrativas a partir deles, faltava-lhe o rigor metodológico e o compromisso com as fontes que, posteriormente, se julgou necessário para o profissional. Primeiramente, sua experiência nos arquivos era deficiente; não gostava de ficar nas bibliotecas e quando podia, usava fontes impressas, afirmando em seus escritos serem elas inéditas. Não devemos, contudo, julgá-lo relapso em sua tarefa porque os arquivos nacionais até o final da década de 1830 eram pessimamente organizados e administrados, parte do acervo já tinha sido violado, perdido para coleções privadas ou apodreciam em meio à poeira, à ação da umidade e dos ratos (CHANDLER, 1970).

A despeito da falta de rigor metodológico, Carlyle concebia seu ofício como uma tarefa viva e presente, dotada de juízo de valor e de um “olhar experimentado”. Por isto visitava os cenários que pretendia descrever em seus livros: foi à Naseby, onde ocorreu

uma das mais importantes batalhas da guerra civil inglesa e outros locais associados à Oliver Cromwell para escrever sua biografia; visitou as casas de trabalho de St. Ives e as ruínas da Abadia de St. Edmund nos arredores de Cambridge para escrever *Past and Present*. Comparava as épocas históricas, especialmente induzindo o contraste do presente com o passado em sua narrativa, causando impacto sobre seus leitores através da utilização da retórica e de alegorias como a do “mamonismo” (CHANDLER, 1970)⁴, da maquinaria como um “demônio de aço” (CARLYLE, 1897), a comparação da doutrina utilitarista com a lenda de Midas e sua frustrada promessa de que tudo que tocas-se se transformaria em riqueza (CARLYLE, 1897).

Era, portanto, um pesquisador mais intuitivo e menos metódico. Provavelmente por este motivo seus escritos tiveram o alcance mais amplo aos leitores e admiradores do que do seletor público especializado. Faleceu em 1881 ainda desfrutando de celebridade, mas suas idéias já não teriam mais o impacto que tiveram quarenta anos antes, tanto por causa das crescentes exigências acadêmicas e científicas da disciplina, quanto em função do novo contexto histórico, com o avanço das reformas trabalhistas e eleitorais, da extensão do sufrágio para uma camada considerável da classe trabalhadora e dos interesses capitalistas na consolidação do Império Britânico na África e Ásia.

A compreensão sobre a História nos textos de 1830

Um conjunto de textos, particularmente da década de 1830, *Signs of the Times* (1829), *On History* (1830), *On History Again* (1833), *On Biography* (1832), contém fragmentos da filosofia da História formulada pelo historiador escocês. Convém iniciar por um artigo publicado na *Fraser's Magazine*, em novembro de 1830 - *On History*.

⁴ Carlyle ironiza a cartilha liberal designando-a de a religião do Deus Mamon, em uma alusão a dinheiro (em inglês, *money*). Esta alegoria é primeiramente encontrada em *Chartism*.

Neste artigo Carlyle afirma que “todos os homens são historiadores” (CARLYLE, 1986), porque as vidas dos indivíduos são relatadas de forma histórica, ou seja, são narradas em estilo épico. As conquistas e fatalidades são relacionadas seletivamente pelo tempo e pela memória, fazendo com que os fatos perpetuem-se para alguns poucos indivíduos.

Mas, a analogia entre biografia e História é desenvolvida mais enfaticamente em *On History Again* (1833), na qual se explica a razão da ininteligibilidade da História Universal, comparando-a à memória individual:

[...] [há] uma habilidade inconsciente de lembrança e esquecimento que atua [na mente individual] [...] no conflito imensurável e na regência deste caos da existência, imagem após imagem desaparece, pois tudo que emergiu deve um dia submergir: o que não pode permanecer na mente tampouco sairá dela; a história se contrai em uma extensão [que permite] ser legível [...]. (CARLYLE, 1925, p. 96).⁵

Em outra passagem do mesmo texto, o autor mantém esta linha de argumentação, sugerindo que é possível chamar a História de: “a mensagem, verbal ou escrita, que toda a humanidade destina a cada homem”. No que se refere à História, estão contidas duas noções: enquanto *comunicação mais articulada*, a História constitui-se de uma *Carta de instruções*, das gerações antigas às mais jovens. Mas ela possuiria também uma dimensão obscura, quase mística, constituindo-se simultaneamente em

[...] uma [mensagem] desarticulada e muda, inteligível ou não, [que] reside dentro de nós ou ainda, à nossa volta, [que perpassa] tão estranhamente através de cada fibra de nosso ser, a cada passo de

⁵ “On History Again” fez parte de um discurso inaugural para a abertura da “Sociedade para a Difusão da Honestidade Comum” e foi reproduzida na *Fraser's Magazine* n. 41, depois compilado em *English and other critical essays*. O *Morning Papers* avaliou o discurso como “[...] tendo tocado da maneira mais maravilhosa, didaticamente, poeticamente e profeticamente, neste e no outro mundo, por sua eloquência apaixonada [...]”.

nossa ação, tal qual a relação do passado com o presente, do distante com o que está próximo. (CARLYLE, 1986, p. 91).

Recuperando a idéia de *On History Again* da História como uma *Carta de Instruções*, ele acrescenta que desde o início dos tempos, haveria uma infinidade de *anônimos* que tomariam parte nela, mas que foram relegados pelo tempo ao esquecimento. Isto porque, tal como a memória, a História se revelaria falha e seletiva:

Das coisas agora silenciadas, chamadas de passado, que foram uma vez presente, quanto conhecemos? Nossa Carta de Instruções chegou até nós no estado mais lamentável; falsificada, manchada, rasgada ou perdida e se constitui em apenas um vestígio da sua existência, tão difícil de ler ou de soletrar. (CARLYLE, 1986, p. 92).

Para o pensador, a História em sua época seria como um *livre empório*, onde todos os opositores se encontram e se abastecem com experiências passadas que funcionam como lições para o presente e como forma de embasar seus discursos. Entendia que ela serviria, assim, tanto ao cético quanto ao teólogo, tanto ao sentimentalista quanto ao utilitarista; cada um inferiria a partir da História sua própria interpretação. Portanto, cada qual a examinaria de acordo com uma Filosofia que lhe é própria. Quando se refere à Filosofia, tanto nos textos da década de 1830, quanto na obra sobre os Heróis, designa uma “forma de compreender o mundo”, inevitavelmente vinculada a um conjunto de valores, crenças singulares de sociedades em determinados estágios de sua evolução, claramente relacionada à concepção historicista. A Filosofia, impregnada de moralidade, é para Carlyle inerente ao homem enquanto ser moral. A moralidade romântica partia da premissa de que as artes, a poesia e a filosofia eram relativas e mutáveis e se ligavam na busca ascendente da harmonia desejada por Deus e no aperfeiçoamento da sociedade (WEHLING, 1999).

Carlyle percebeu que em plena época romântica a História estava em toda a parte, inclusive fora do discurso histórico formal; estava na literatura, nos romances, ou mesmo em todo conhecimento prático que constituía uma *História Indireta*. Re-

conhecia que tal *História Indireta* seria orientada pela Filosofia. A História era conceituada assim como a “filosofia que ensina através da experiência”, já que todo o conhecimento existente é um produto da experiência registrada. Sendo assim, ressaltava a importância do pensamento e da crença tanto quanto da ação e da paixão, como materiais essenciais à reconstrução histórica.

Contudo, antes da filosofia poder ensinar por meio da experiência, deveria ser reunida e registrada de modo inteligível (CARLYLE, 1986, p. 52). A existência para ele seria um caos no qual a combinação de eventos seria permanente e dinâmica - um caos indefinido no tempo e indecifrável, retratado pelo historiador. Seria um erro pensar que uma específica combinação de fatores possível esgotaria o problema. Surgiriam, assim, várias dificuldades no caminho daqueles que buscam a *verdade dos fatos*, o que mostra como está distante o discurso rankeano que contaminaria a geração de historiadores profissionais das próximas décadas do século XIX.

A primeira dificuldade residiria nos documentos, alguns perdidos, outros dados como sem importância. Concebia que haveria uma seleção arbitrária pelo tempo ou promovida artificialmente pelo homem, que faria com que fosse imperfeita aquela experiência por meio da qual a filosofia deve ensinar, tornando seu entendimento incompleto, não permitindo representá-la como realmente era (CARLYLE, 1986). Esta idéia de História como memória seletiva e falha é representada pelo autor em *On History* através da imagem do palimpsesto: um manuscrito profético mas real, cuja filosofia não pode ser facilmente decifrada, sobre o qual muitas gerações já escreveram e reescrevem sobre as muitas camadas, tornando pouco legível o que se encontra nas camadas inferiores.

Em segundo lugar Carlyle compreendia que os testemunhos históricos eram impressões e que, portanto, as narrativas também o eram. Com base nisto considerava difícil estabelecer a *verdadeira representação* de um evento. Reconhecia, outrossim, a diversidade das representações históricas.

História e biografia individual

Da relação estabelecida entre a História e a Memória e da comparação com a biografia individual, decorre a afirmação de que “[...] a vida social é a agregação da vida de todos os indivíduos que constituem a sociedade: a história é a essência de inumeráveis biografias” que se encontrariam inacessíveis. Ao longo da História Universal, desde o início dos tempos, haveria uma infinidade de *anônimos* que tomaram parte nela, mas que foram relegados pelo tempo ao esquecimento. A sociedade em uma dada época seria produto do trabalho de personagens como os escultores italianos, os marinheiros fenícios, os metalúrgicos saxões, os filósofos, os alquimistas, os profetas, os artistas e artesãos, e não somente de guerreiros empreendedores de grandes batalhas:

[...] quem em primeiro lugar tem nos ensinado como pensar e como agir, como governar a natureza espiritual e física. Bem, podemos dizer que na nossa história a parte mais importante está perdida e sem possibilidade de recuperação [...]. (CARLYLE, 1986, p. 53-54).

Este aspecto do pensamento de Carlyle é, sem dúvida, um dos mais interessantes porque, em um certo sentido, torna-o um dos precursores da historiografia contemporânea. A questão dos silenciados na História, dos homens comuns que fazem a História, retorna no artigo *On Biography*, no qual Carlyle relata uma passagem do livro *History of the Rebellion in England*, do historiador do século XVII e primeiro ministro, o Conde de Clarendon. Nesta passagem, Clarendon, descrevera a fuga de Carlos II da Batalha de Worcester e o seu encontro com um pobre católico que lhe forneceu manteiga, camisas e um par de sapatos. O historiador escocês enxergava neste episódio uma pista para recuperar a vida deste homem rústico, com seus hábitos, suas relações familiares, seu trabalho, longevidade e suas crenças rudimentares. Mas, como assinalava, tratava-se de apenas em “um relance que podemos trazer à luz sua existência” (CARLYLE, 1925). Carlyle declarava, então, seu interesse por algo

que estava apenas marginal e tangencialmente presente na História de Clarendon: o camponês anônimo.

Entretanto, as especulações que nascem desse relato, acerca do dia-a-dia de um simples camponês fazedor de manteiga, esbarram em dificuldades e lacunas de informações que só podem ser preenchidas pelo uso da imaginação, pois estão parte documentadas, parte imaginadas. Ann Rigney, em seu artigo de 1996, publicado na revista *History and Theory*, salienta que, a preferência de Carlyle pelo camponês anônimo ao invés do rei, e pelo cotidiano interrompido pela guerra ao invés das batalhas e dos líderes militares, é um traço muito importante da sua filosofia da história, que o situa na tradição Romântica junto com Jules Michelet, concedendo um lugar de honra à história das pessoas “comuns”, estendendo sua interpretação para o domínio cultural e para as experiências cotidianas para “fazer os silenciosos da história falar.” (RIGNEY, 1996, p. 345).

Jules Michelet lecionava no curso de história do Collège de France por volta dos anos de 1830 e 1840. Era contundente em sua valorização do povo como ator principal da história. Através de passeios pelas ruas das cidades, visitas a fábricas e a Províncias do interior da França, Michelet travava contato direto com camponeses, operários, artesãos, padres, bêbados, coletando depoimentos sobre suas crenças, condições de trabalho, sentimentos, costumes, procurando interpretá-los. O historiador francês era mais explícito quanto a considerar o povo como herói, talvez devido à identificação que nutria com os trabalhadores, percebia-o como uma força soberana e poderosa cuja racionalidade e paixões precisavam ser compreendidas na realização da história nacional (MICHELET, 1988).

O interesse pelos personagens anônimos reflete uma preocupação dos românticos em geral e que é compartilhada pelos historiadores contemporâneos dos *Annales* à Nova História Cultural e à *História vista de baixo*, em sua recusa à História elitista. Ann Rigney traça uma linha de continuidade – por muitos esquecida – entre os precursores românticos e a produção histórica contemporânea.

Se, contudo, os historiadores românticos demonstravam o desejo de preencher estes silêncios, Carlyle além disto angustiava-se pela impossibilidade de tal projeto ser efetivado, o que é uma marca distintiva do autor em relação a seus contemporâneos. Reconhecia, contrariando os historiadores de seu tempo, a *incompletude* do discurso histórico por conta da *ininteligibilidade* e da *inacessibilidade* do passado. A consciência das dificuldades e limitações da tarefa do historiador constituía a principal razão da sua inadequação à teoria e à prática da nascente profissão de historiador, apesar da popularidade dos seus trabalhos na época. Entretanto, é neste aspecto que reside esta popularidade: no engajamento imaginativo do leitor com o passado, estimulando sua imaginação. Este estímulo à imaginação era possível porque Carlyle, ao esbarrar nos limites do entendimento histórico, não se rendia. Sem maiores pudores tentava transpassá-los valendo-se da subjetividade.

O historiador como herói

Diante das dificuldades da tarefa da escrita da História, Thomas Carlyle entendia que construir uma narrativa significava organizar o material caótico em uma forma coerente; assim o historiador, além de mediador, atuaria também como um árbitro, que escolheria o que vale a pena ser selecionado em meio ao caos. A idéia do historiador enquanto mediador, retornaria em nova roupagem no decorrer de seus textos, implicando na analogia entre a função do historiador e a do grande homem. Inspirado na leitura dos alemães, Schlegel, Fichte e Jean Paul Richter, Carlyle defende em sua obra a tese de que o historiador seria uma espécie de herói diante do *Caos da Existência* (CARLYLE, 1986) que corresponderia à história humana, pois seria o sujeito iluminado que conferiria sentido, que imporia a ordem sobre a desordem, decifrando a *filosofia da natureza*, que era, segundo sua definição, inesgotável, irreduzível e em muitos sentidos inapreensível.

A diferença entre o historiador de causa e efeito e o que chamaremos de historiador-herói corresponde à diferença entre o artesão e o artista: o primeiro conhece apenas o parcial e ignora o todo, trabalha mecanicamente, enquanto o artista entende que “só no todo o parcial é completamente discernível e compreensível.” (CARLYLE, 1986, p. 55). É assim que o historiador-herói como o Artista ou o Poeta-herói, revolucionam, criam, tornam possível a mudança de eras e procuram pela ordem que rege o Universo. É esta ordem, esta lógica intrínseca e subliminar do Universo, que o historiador deveria procurar com perseverança no estudo da História:

Quais podem ser os objetivos e significados da espetacular transformação na vida humana que investiga e relata? Quando o curso dos destinos dos homens na Terra foi originado, e para onde ele tende? Será que realmente eles têm qualquer curso ou tendência, são eles [os destinos] realmente conduzidos por uma sabedoria invisível e misteriosa, ou será que simplesmente giram cegamente em um labirinto, sem nenhuma liderança reconhecível? (CARLYLE, 1986, p. 52).

Este trecho de *On History Again* permite que estabeleçamos em nosso ensaio a relação entre a escrita da história e as suas implicações para a teoria política. Suas concepções fundamentavam-se no historicismo, matriz teórica que afirma a singularidade das épocas históricas, compreende a continuidade do mundo moral, sendo a história representante da autoconsciência da humanidade. A vida das nações seria criada e transformada pela ação dos homens, assim como o sentido do mundo histórico seria gerado por ela (RUEDIGER, 1991). Implícito nesta filosofia dos românticos estava a percepção de que a história seria movida por forças obscuras de natureza indefinida, moral, cultural ou mística, que conduziriam os indivíduos e que os submeteriam passivamente (WEHLING, 1999). De acordo com esta matriz de pensamento, que por intermédio da filosofia alemã influenciou Carlyle, o historiador pertence ao processo histórico por ser dotado de moralidade e, sendo assim, caberia a ele traduzir as experiências acumuladas pela humanidade.

Na obra de Carlyle, o ponto comum entre o historiador e o grande homem é que ambos impõem uma ordem e organização aos eventos através do discurso. O historiador, tal qual o grande homem, é o mediador entre a significação infinita e o discurso coerente, entre a desordem e a ordem em seu próprio universo. Investiga no palimpsesto da história “para que presente e futuro possam ser interpretados e deduzidos” e é desta atribuição que deriva sua autoridade.

Os heróis, o culto aos heróis e o heróico na História

As lições que a História ensinaria seriam definitivamente reveladas em seu livro *Heroes and Hero worship*. A idéia da obra nasceu quando Carlyle subsistiu oferecendo cursos sobre literatura alemã, História da Literatura e sobre os heróis e o culto aos heróis, em 1840.

Nos escritos sobre a História dos anos de 1830, a analogia entre história universal e biografia individual já apontava para a concepção de que sendo a história composta por inumeráveis biografias, as biografias de alguns indivíduos sintetizavam melhor a história de uma época:

A vida social é a agregação da vida de todos os indivíduos que constituem a sociedade: a história é a essência de inumeráveis biografias. Mas se uma biografia que não nossa própria, estuda e recapitula os fatos da melhor maneira possível, permanece em muitos aspectos ininteligível para nós [...]. (CARLYLE, 1986, p. 53).

A história da humanidade é definida como a biografia dos grandes homens, cuja maneira de pensar transformou uma determinada sociedade materialmente tanto quanto moral e espiritualmente:

Porque a forma que entendo a História Universal, a história de tudo que o homem realizou neste mundo, no fundo é a história dos grandes homens que aqui trabalharam. Eles eram os líderes dos homens, estes grandes indivíduos, eram os modelos, os exemplos e

em amplo sentido, os criadores do que quer que a grande massa dos homens planejam fazer ou atingir. Todas as coisas que vemos já realizadas no mundo são propriamente o resultado material exterior, a percepção prática e corporificada de pensamentos que habitavam as mentes dos grandes homens enviados ao mundo: a alma da história inteira do homem, pode ser acertadamente considerada, a sua história. (CARLYLE, 1986, p. 2).

O sentido da História residiria na existência e na busca pela perfeição que se incorporaria na figura de alguns grandes homens, raros de se encontrar e de reconhecer. Alguns indivíduos especiais teriam a capacidade milagrosa de aprender e agir sós no mundo. O heroísmo caracterizaria-se pela relação divina que uniria, em todos os tempos, a humanidade ao grande homem, portanto, o culto ao herói consistiria em uma característica humana. A presença do herói seria fundamental para revolucionar a mentalidade e aprimorar a condição moral das sociedades, pois em todas as épocas os homens passariam a adotar a sua maneira de pensar.

Segundo o autor, o herói reúne ao mesmo tempo a qualidade de guerreiro, capitão, poeta, profeta, pensador devoto e inventor, isto é, trata-se acima de tudo de um líder espiritual:

O herói pode ser poeta, profeta, rei, padre ou o que desejares, de acordo com o mundo no qual nasceu. Confesso que não tenho conhecimento de um verdadeiro grande homem que não pudesse ser todos estes tipos de homens. Imagino que exista no herói o poeta, o pensador, o legislador, o filósofo; em um ou outro grau, ele podia ter sido, ou melhor, ele é tudo isto. (CARLYLE, 1986, p. 105).

A formulação do historiador escocês sobre os heróis insere-se na tradição historiográfica do século XIX e início do século XX, que privilegiava o relato das ações dos grandes heróis nacionais, reis, presidentes, imperadores, generais, papas, etc. As comunidades históricas recorrentemente apropriaram-se do passado e das narrativas ancestrais na tentativa de legitimar ou compreender ações presentes. Particularmente em períodos de guerras, revoluções ou crises sociais e políticas, a expectativa

e o interesse em relação ao aparecimento de um indivíduo salvador amplia-se (HOOK, s/d).

Na Inglaterra, o culto ao heroísmo começou a ser alimentado pela gentry e pela alta aristocracia britânica em meados do século XVIII, época de importantes transformações a partir do período que sucedia as Guerras na América. Para permanecer exercendo a direção política no Parlamento, na Casa dos Comuns e no Estado, diante da perda de privilégios nobiliárquicos que se processava em toda a Europa, a aristocracia britânica criou em torno de si a representação de uma classe de heróis militares e homens de Estado patrióticos, inspirados nos guerreiros gregos e romanos e propagou-a a partir da produção artística da época e da indumentária militar. Passaram a usufruir de formação universitária em algumas importantes instituições, a participar como alta patente nas forças armadas, nas guerras e nos cargos de Estado, na Grã Bretanha e nas colônias (COLLEY, 1992). Heróis de guerra relacionados à aristocracia tais quais o General Wolfe e do Major Peirce, que participaram da Guerra na América, e principalmente o Almirante Nelson, que combateu Napoleão Bonaparte e faleceu na batalha de Trafalgar, restabeleciam o valor da nobreza de sangue e após a derrota napoleônica, atenuavam o ideal burguês da *meritocracia*, buscando por meio do discurso patriótico impressionar o público e consolidar sua própria autoridade (COLLEY, 1992).

A história nacional ensinada aos jovens, proprietários ou não, tratava destes heróis patrióticos e dos heróis passados, ancestrais da nobreza de sangue. Não é de se admirar que muitos contemporâneos acreditassem que as grandes transformações fossem motivadas por aqueles indivíduos singulares. John Stuart Mill, no início dos anos de 1830, em uma série de artigos publicados no periódico *Examiner*, lamentava a ausência de uma autoridade natural e reconhecida e criticava a idéia de que todos os homens poderiam ser intelectualmente e politicamente iguais (HIMMELFARB, 1968).

O livro de Carlyle distingue-se por teorizar através da análise histórica o advento do heroísmo e o significado mais profundo do

culto ao herói. O herói para ele não é apenas quem foi imortalizado nas páginas dos livros, mas também aquele que foi incompreendido, como demonstra a escolha de Cromwell e Rousseau como exemplos de heróis. O grande homem surgiria quase sempre em circunstâncias inóspitas, dentre homens e estruturas sociais ainda despreparadas para recebê-los. O herói seria sempre rechaçado em seu tempo – Maomé teve de fugir dos comerciantes árabes, Dante foi banido de Florença, Lutero foi perseguido pelo Papa, Samuel Johnson e Rousseau morreram pobres, Cromwell perdeu todos os seus amigos e foi alijado pela historiografia liberal. Poderia ainda ser identificado pela sinceridade, pela capacidade de superar desafios e de transformar pensamento em ação, revolucionando sua sociedade.

O herói, em Carlyle, é um líder espiritual que tem a capacidade de enxergar e traduzir para os demais homens o *grande segredo do Universo*. Ele saberia centrar-se na essência e não na aparência das coisas, por isto seria comparado à luz que ilumina e inspira a humanidade diante da escuridão do mundo (CARLYLE, 1897). A religiosidade seria outro aspecto importante, ou seja, os preceitos morais, os sentimentos e as convicções que determinavam suas ações (CARLYLE, 1897). A religião explicaria “a maneira como ele [o herói] se sente espiritualmente relacionado com o mundo invisível ou com nenhum mundo [no caso do ceticismo]”, por isto o paganismo de Odin, o islamismo de Maomé, o catolicismo em Dante e o puritanismo de Cromwell. Carlyle explicava que o heroísmo – a admiração transcendental pelo grande homem – está na base de todas as religiões, inclusive das cristãs (CARLYLE, 1897) e que é identificado como o elemento modificador situado dentro do sistema de pensamento antigo, por isto o herói é o objeto de adoração mais enraizado. Mas por trás da idéia da veneração dos heróis como fenômeno recorrente da História Universal, encontra-se uma concepção da relação homem-natureza também como transcendental e humanista: “Nós somos o milagre dos milagres - o grande mistério inescrutável de Deus” (CARLYLE, 1897, p. 8).

Em *Heroes and Hero worship*, o autor explica que as formas de adoração ao herói são diferentes a cada época e que em cada

uma permanece a dificuldade em identificar e aceitar o herói. A maneira da sociedade de uma época saudá-lo mostraria a sua condição mental e espiritual: “O mais significativo aspecto na história de uma época é a maneira que ela tem de receber o grande homem” (CARLYLE, 1897, p. 57). Esta reflexão traduz a tentativa de afirmar o princípio do relativismo cultural historicista e explicar, a partir da narrativa histórica, o fundamento da transformação das sociedades no tempo.

Nas seis aulas sobre a História Universal, que depois transformaram-se no livro *Heroes and Hero Worship*, Carlyle aponta para seis classes de Heróis, tomados de diferentes épocas e países: o herói como divindade, o herói como profeta, o herói-poeta, o herói como padre, o herói como homem de letras e por fim o herói como rei.

Representando o primeiro tipo ele apresenta Odin, a divindade nórdica - que difundiu as letras e se tornou líder dos escandinavos. O paganismo constituiria o tipo mais primitivo de adoração aos heróis. Mesmo sendo um mito, Carlyle acreditava que o homem Odin realmente existiu em algum lugar do passado, foi chefe e professor, introduzindo as runas entre os nórdicos. Foi a partir de então transformado em deus e sua influência perdurou na cultura daquele povo.

O segundo tipo, o profeta Maomé, já significaria uma forma mais evoluída de heroísmo, sendo que ele teria desenvolvido e introduzido uma nova religião entre os idólatras, selvagens, mas bravos árabes; uma religião monoteísta que teria constituído uma versão primitiva do cristianismo e que precisou mais da espada do que do convencimento para propagar sua fé.

Em condições sociais mais propícias à civilização com os avanços da ciência, o herói já não é confundido com deus, é uma figura heróica que pode pertencer a todas as épocas, antigas ou novas. Tal figura é a do cantador, um poeta como Dante e Shakespeare, que cantaria o que sua sociedade estaria experimentando, traduziria o que é mais importante e essencial para ele. Carlyle situa ambos, Dante e Shakespeare, como produtos de seu tempo, ou seja, da Idade Média, da fé católica e dos

modos e valores cavaleirescos. Os poetas, como ele os caracterizou, seriam também meio profetas e meio padres, pois intuiriam sobre o mistério sagrado do Universo e cantariam para os outros homens.

O heroísmo de Lutero e John Knox foi o de demonstrar e assumir sua posição em uma época de conflitos, denunciar que o catolicismo e o papado haviam se tornado “inverdades”. Tal qual o profeta, o reformador é um visionário, capaz de revelar a *verdade*. Diferente dos poetas Dante e Shakespeare, a missão do padre reformador é de desconstruir falsas crenças, como o catolicismo no século XVI. O Protestantismo que Lutero inaugurou, não desapareceria. Para Carlyle, os grandes acontecimentos da época Moderna e Contemporânea seriam decorrências da Reforma Protestante.

Segue-se em sua lista o herói como homem de letras - Rousseau, Johnson e Burns. O herói como homem de letras compõe, junto com o herói-rei, o grupo dos heróis modernos, os heróis do seu tempo e das épocas futuras e constitui-se no tipo com o qual o historiador escocês mais se identifica. Este quinto tipo de herói é também um pregador, um profeta e um padre, cuja missão é “conduzir o rebanho em sua peregrinação na escuridão através da imensidão do tempo” (CARLYLE, 1897, p. 246). A condição de marginalidade no mundo moderno e o ceticismo difundido entre os indivíduos na modernidade determinaram o fracasso dos homens de letras em sua missão de guiar, trazer a luz e se tornarem heróis em seu tempo. O homem de letras está só e entregue à anarquia dos interesses do mercado editorial, ao “caos inútil da autoria mercantil” (CARLYLE, 1897, p. 246) que o privam dos benefícios da popularização de suas obras e do acesso efetivo ao poder. Só a morte torná-los-ia vitoriosos, lembrados por nações e por gerações: “[O herói como homem de letras] Governa de sua sepultura, depois da morte, nações inteiras e gerações que não lhe deram ou não lhe dariam pão para comer quando estava vivo, - é um espetáculo curioso.” (CARLYLE, 1897, p. 206).

Em função do predomínio de laços meramente monetários e artificiais, tal qual membros das ordens monásticas de outrora,

os homens de letras resignar-se-iam a uma vida de privações: “E se nosso homem de letras - homens estabelecendo-se como heróis espirituais – fossem nesta época, como são agora, um tipo de “ordem monástica involuntária.” (CARLYLE, 1897, p. 224). O herói como homem de letras já é, na concepção do autor, uma forma de heroísmo consolidada desde o século XVIII, mas ao contrário das formas anteriores, não se extinguiu. Aspirava a tornar-se grande, virar um novo e poderoso clero, produzindo a crença de uma nova sociedade. A partir da leitura de Fichte, Carlyle acreditava que os homens de letras mereceriam e deveriam se tornar governantes: “Digo que, de todas as congregações pastorais, as aristocracias, as classes governantes no presente existentes no mundo; não existe uma classe comparável em importância àquela dos escritores de livros” (CARLYLE, 1897, p. 224). A “classe literária” passaria a ocupar o lugar de liderança, pois possuía o intelecto, a qualidade principal requisitada para a atuação política, desde que promovesse organização (CARLYLE, 1897, p. 225):

[...] isto que chamamos de organização da guilda literária ainda está distante, em um longo caminho, impregnado de todas as maneiras de complexidades [...]. Acredito que será possível, que terá de ser possível. (CARLYLE, 1897, p. 225).

Entretanto, percebia a condição subalterna e freqüentemente servil à qual tal “classe literária” estaria fadada. Por isso aponta a forma mais moderna de heroísmo: o sexto tipo de herói era o rei, dentre os quais menciona Cromwell e Napoleão. Sua realeza não estaria estabelecida por nenhuma convenção humana, ou direito hereditário, mas pelo pleno merecimento e reconhecimento da sinceridade do grande homem que pudesse conduzir toda nação, afastando-a do caminho da desordem. Napoleão, segundo Carlyle “tinha ódio pela anarquia” e possuía uma fé genuína na democracia liberal. Contudo, transparecia na caracterização de Napoleão a decepção da geração de intelectuais do período da restauração: o imperador francês teria perdido a noção de realidade, não compreendendo que o mundo não estaria disposto a

ser um mero pedestal para a nação francesa, enveredando pelo caminho da tirania. Carlyle elegeria outro personagem como modelo de seu herói como rei, Oliver Cromwell. Ele seria o grande homem mais completo, o mais devoto, “[...] obrigado a lutar enquanto Lord Protector contra as leis Constitucionais passadas pelos realistas no Parlamento.” Chega a ponto de justificar as ações do governante puritano: as circunstâncias obrigaram-no a agir de forma autoritária porque acreditava no estabelecimento de uma teocracia na Inglaterra.

Na concepção de Carlyle foi Cromwell aquele que verdadeiramente chegou perto de concretizar politicamente a teocracia sonhada por Knox. A Revolução Puritana teria sido, conforme Carlyle, o ponto culminante do protestantismo, a fase mais heróica que a fé na bíblia pôde criar. Cromwell concretizou a ‘nobre’ idéia de um governo teocrático, protegendo protestantes oprimidos no exterior, indicando juízes justos, sábios administradores, prezando os verdadeiros ministros do Evangelho, ao estabelecer como lei na Inglaterra o Evangelho de Cristo. Carlyle profetizara em *Heroes and Hero worship* que o Protestantismo ainda poderia criar o que era necessário para o surgimento de um grande homem: “um mundo inteiro de heróis” capazes de reconhecer e reverenciar o grande homem.

Dentre as lições deduzidas da História Universal, verificava-se que a capacidade da humanidade de reverenciar os grandes homens era decrescente ao longo do tempo, mas contraditoriamente acreditava-se que existia claramente uma hierarquia evolutiva entre as épocas e suas respectivas formas de heroísmo e adoração do herói. Durante a predominância do cristianismo como religião, surgiria o poeta, e neste momento formas menos evoluídas de adoração não poderiam mais existir, como a divindade e o profeta. Quanto mais se progrediria no tempo, mais os homens aperfeiçoariam sua forma de saudar o grande homem. Para comprovar esta tese Carlyle relaciona monoteísmo islâmico, cristianismo e protestantismo, o que explica ter excluído os pagãos gregos e romanos, que legaram ao Ocidente uma importante herança cultural, com sua crença nos heróis e semideuses que mantinha estreitos os laços da comunidade.

As últimas formas de heroísmo, do homem de letras e do herói como rei - sobretudo esta última, possuiria de fato as virtudes das formas anteriores e guardariam as virtudes do protestantismo. Contudo, o herói da nova era, cujos indícios de ascensão são incansavelmente perseguidos por Carlyle, precisava enfrentar o “mamonismo” e o ceticismo, que transformariam os súditos do grande homem em *serviçais*⁶, sem quaisquer virtudes que não saberiam reconhecer e cultuar o grande homem.

O modelo medieval de heroísmo

Além destes seis tipos de heróis, no livro *Past and Present* escrito três anos depois de *Heroes and Hero Worship*, o autor recupera a história de um herói anônimo da Idade Média, o abade Samson de St Edmundsbury, através da crônica de um monge do século XII, a *Crônica de Jocelin de Brakelonda* – um livro de canção escrito originalmente em latim e publicado em 1840, em uma revista de uma sociedade de antiquários das décadas de 1830 e 1840. Constatou que neste livro “[...] reside a alma de todo o passado; a voz articulada e audível do corpo e sua substância material tem desaparecido como em um sonho.” (CARLYLE, 1970, p. 215).

Past and Present substituiu o projeto de escrever uma biografia de Oliver Cromwell, que ensinaria ao presente sobre a verdadeira liderança, seguindo a idéia da História como *filosofia que ensina através da experiência*. Sobretudo nesta obra, Carlyle apresenta forte influência das concepções medievalistas do romantismo germânico de Herder, Goethe, Fichte, Novalis e Schlegel. A historiadora Alice Chandler afirma em seu livro *A dream of order* “[...] que os [escritos do autor sobre esta época histórica] constituem todas tentativas de achar e expressar a ordem invisível do universo.” (CHANDLER, 1970, p. 123). A partir destas referências o escritor romântico foi buscar o modelo de sociedade para contrapor com a realidade do século XIX.

⁶ *Valets* é o termo usado no original.

O meio em que Carlyle nasceu tornou familiar os resquícios da paisagem medieval, enquanto estranhava aquela atmosfera escura e artificial das cidades industriais. A completude e autenticidade da fé medieval lhe proporcionavam a segurança que o capitalismo destruía. O exemplo apresentado em *Past and Present* refere-se à história do abade Sanson: homem de fé, cuja origem humilde não o beneficiaria. Eleito pelos monges para governar o mosteiro de St. Edmundsbury, dirigiu com energia e rigor, vencendo a resistência dos religiosos, restaurando a harmonia na congregação e conquistando a admiração do rei. A sociedade feudal vividamente descrita nas páginas deste belo livro, era marcada pelo apogeu da liderança e do heroísmo necessários para manter a harmonia social através do respeito à rígida hierarquia, e tornava possível a existência de “um mundo todo ele heróico”.

Esta visão idealizada da Idade Média fornecia uma referência moralizadora para se criticar a civilização industrial em um período em que o desemprego, a inflação e a fome assombravam grande parte dos trabalhadores durante os chamados de *Hungry forties* – os anos de 1840 que na Inglaterra ficaram registrados na memória coletiva como um período de grave crise econômica e social. Conforme salienta Michael Löwy e Robert Sayre:

A visão de mundo romântica apodera-se de um momento do passado real – no qual as características nefastas da modernidade ainda não existiam e os valores humanos, sufocados por esta, continuavam a prevalecer – transformá-o em utopia e vai modelá-lo como encarnação das aspirações românticas. (LÖWY; SAYRE; SAYRE, 1995, p. 41).

O modelo passadista medieval, presente nas concepções românticas de Carlyle, restaurava os laços comunitários e paternalistas em processo de desaparecimento, enquanto abstraía o caráter coercitivo das relações servis e senhoriais. Tornava a hierarquia e a obediência valores morais fundamentais, assim como exaltava o estabelecimento da ordem, que segundo George Duby é o “fundamento sacralizado da opressão.” (DUBY,

1982, p. 81-133). O exemplo de Thomas Carlyle forneceu a seus leitores em *Past and Present* foi justamente da Inglaterra feudal, considerada por ele uma época heróica habitada por homens heróicos, que tanto reverenciavam os homens virtuosos, líderes natos, independentemente da sua situação financeira, quanto não compartilhavam de dúvidas religiosas e se submetiam inteiramente à vontade divina. A lição extraída da primeira parte do livro diz respeito às formas passadas de heroísmos, cujo mérito e o referencial serviriam de modelo para o futuro do heroísmo.

Um mundo inteiro de heróis

Em *Past and Present* uma vez mais Carlyle atestava que a liderança seria uma necessidade do homem e que o culto ao heroísmo seria demonstrável a partir do estudo da História Universal. Algumas eras produziriam gerações de homens comuns de caráter heróico, que assim conseguiriam perceber e obedecer aos seus superiores naturais: “Não existe ato mais moral entre os homens do que aquele do governo e da obediência.” (CARLYLE, 1897, p. 266). A relação de autoridade que era o fundamento do poder político nas sociedades patriarcais, segundo Hannah Arendt implicaria no consentimento de quem obedece:

A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum, nem no poder do que manda; o que possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável pre-determinado. (ARENDR, 2001, p. 129).

O reconhecimento da autoridade e da hierarquia estaria na base do culto aos heróis e seria um elo de ligação do homem com Deus e com a transcendência, ao mesmo tempo que representaria uma relação recíproca entre o herói e seu adorador. A exaltação da autoridade em Carlyle tem duas origens fundamentais: a primeira é a do Romantismo político, como sugere Raymond

Williams em seu livro *Culture and Society* (WILLIAMS, 1983). Presente em passagens esparsas em Fichte, Novalis e Herder, estava a noção de que o sábio deveria ser “o condutor da comunidade”, perspectiva que mantém claramente um traço marcante do Iluminismo alemão de Kant e do classicismo de Goethe. Este traço também é perceptível na segunda parte de *Past and Present*, no grande peso atribuído à educação para o esclarecimento das almas individuais, como uma forma de aperfeiçoamento moral, do qual depende o reconhecimento e a possibilidade de nascer no tempo presente um grande homem.

A outra influência muito marcante, embora contraditória é a do protestantismo, sobretudo aquele de Calvino. Carlyle considerava o Protestantismo uma visão nova e revolucionária da relação do homem com Deus, que culminou em uma nova era, diferente de todas as anteriores, na qual prevaleceria o julgamento privado e individual. Materializou-se em uma revolta contra falsos soberanos, e constituiu uma preparação para os novos e verdadeiros. Se por um lado a Reforma desacreditou antigos heróis espirituais (o Papa) não acabou com a subordinação e a hierarquia, mas teria consistido no começo da genuína soberania e da legítima ordem.

A ligação entre o herói e o protestantismo encontra-se em grande parte no reflexo social da doutrina puritana. A política, segundo esta doutrina, pressupõe a união e a organização espiritual e material que se aproxima da teocracia, ou seja, a instauração de um governo de Deus, colocando os pastores acima da autoridade dos reis, barões e autoridades seculares. Estes deveriam verdadeiramente seguir a lei maior, o Evangelho de Cristo, que orientaria os indivíduos em seu cotidiano, constituindo uma comunidade de homens crédulos.

A concepção de mundo romântica supõe que a religião deveria ser vivenciada, por isto, Carlyle afirma que “o universo é todo ele um templo e a vida é em toda a parte devoção” – uma versão da “sociedade inteira é um mosteiro” de Calvino – e que o “resultado imediato de toda religião trata-se do culto prático ao herói.” Esta idéia está em sintonia com a de que o protestantismo, através da defesa

do julgamento individual, permitiria aos homens ter outra vez uma “mente heróica” e através disto “um mundo inteiro de heróis” voltaria a existir, onde todos trabalhariam para a glória divina. Assim uma reforma moral tornava-se a condição necessária para que o herói fosse obedecido e cultuado, já que um mundo habitado por *serviçais* e ateus não seria capaz de reconhecê-lo. Como adverte o escritor, só a partir da reforma moral que pressupunha a educação universal administrada pelo Estado e com forte conteúdo religioso, é que “a sociedade doente poderia se livrar da gangrena que consumia seus membros.”

Em busca da moderna liderança

As concepções sobre as ações dos grandes homens, a obediência e subordinação à hierarquia e a rejeição dos movimentos populares devem muito à defesa de Calvino de que os homens deviam obediência incondicional a seus superiores. Como o teólogo suíço, Carlyle retira da classe trabalhadora, a quem percebia vitimizada, toda a condição de agir e transformar a realidade. O historiador defende que, se as autoridades de direito agem de forma nociva para o corpo social, caberia ao herói buscar restabelecer a ordem e a autoridade. O papel revolucionário é assim atribuído ao herói e ao heroísmo como ele indica em *Past and Present*:

Em tempos de descrença, que logo se tornariam tempos de revoluções, muita agitação, uma lamentável decadência e ruína se tornavam visíveis para todos. Nestes dias eu vejo a indestrutibilidade do heroísmo, mais duradouro do que a falência confusa do acontecimento revolucionário... [a falência revolucionária] é um beco sem saída do qual podemos começar tudo de novo. Que o homem adora o herói; que reverenciamos e devemos reverenciar os grandes homens: esta é para mim a pedra de toque de todas as agitações, - o ponto fixo da história revolucionária moderna. (CARLYLE, 1897, p. 20).

As conseqüências desta convicção no pensamento político de Carlyle explicam a visão negativa da ação revolucionária, assim como a rejeição à democracia, compreendida tanto em sua

faceta constitucional e eleitoral, constituinte do discurso dos radicais utilitaristas, quanto enquanto “auto governo da multidão.” O fundamento da democracia liberal mostra-se incompatível com os preceitos do heroísmo, uma vez que entre os membros da sociedade haveria igualdade política, assim como aos líderes eleitos não seriam delegados poderes ilimitados que destoassem da vontade da maioria. Para a democracia liberal o contrato estabelecido não deriva da ordenação divina, mas de um consentimento das pessoas no presente. Hannah Arendt afirma que a autoridade exclui a utilização dos meios externos de violência e que se assenta no consentimento dos governados. Por outro lado, é “incompatível com a persuasão que pressupõe igualdade e opera mediante processo de argumentação” (ARENDR, 2001, p. 129) característico do sistema democrático.

Em *Chartism*, em *Past and Present* e em *Heroes and Hero worship* Carlyle professa que os homens comuns, membros das classes “mudas – leia-se das classes trabalhadoras” – deixar-se-iam mais facilmente levar pelo delírio, pelos líderes impostores e demagogos e pelas promessas dos reformadores utilitaristas de que o direito ao voto aliviaria a sua grave condição econômica. Considerava a *reivindicação inexorável* de democracia, juntamente com o Cartismo, com o sindicalismo, e as insurreições dos trabalhadores, apenas sintomas de uma doença que corroía a sociedade, efeito da mercantilização das relações sociais, da política econômica do laissez-faire, da dissolução dos laços comunitários e paternalistas. Assim, o pensador traduzia o clamor de todos estes movimentos em uma frase: “Democracia, quer dizer o desespero de achar algum herói para nos governar.” (CARLYLE, 1897).

A interpretação que ele fez da luta pela democracia e pelo sufrágio eleitoral na Inglaterra dos anos de 1830 e 1840, enquanto a busca pelo líder, guarda uma convicção profunda de que os trabalhadores não poderiam se organizar e possuir um projeto político autônomo. Subverte também o sentido destas lutas, tornando-as um apelo pela proteção e beneficência das “classes superiores” e não de participação efetiva nas decisões políticas. Esperava que tanto na esfera governamental como no ambiente

da fábrica, as relações baseadas no paternalismo substituíssem a impessoalidade das relações contratuais, no sentido de os empregadores amparassem os empregados. Opondo-se à idéia do *laissez-faire*, depositava nos grupos dirigentes a expectativa de agir e dirigir a sociedade, intercedendo como “superiores naturais” ou como pais zelando pelo bem estar dos seus filhos.

O governo dos heróis era considerado por ele ideal, capaz de restabelecer a (re) conciliação das classes:

Discursos, moções parlamentares, leis de Reforma, Revoluções Francesas, tudo significa no fundo isto: ache em qualquer país o homem mais capaz que existe lá, erguê-o ao lugar supremo, e lealmente reverencie-o? Tem-se então um governo perfeito para aquele país; sem urnas eleitorais, eloquência parlamentar, voto, elaboração de constituições ou outras maquinarias do gênero para aperfeiçoá-lo. É este o Estado perfeito; um país ideal. (CARLYLE, 1897, p. 262).

Afastava-se tanto do discurso dos membros do partido whig, representantes da classe média industrial, vistos como responsáveis pelo “desgoverno” porque pregavam a não intervenção do Estado na sociedade e na economia, quanto dos *tories*, a aristocracia titulada que detinha propriedades fundiárias e privilégios mas não cumpria a função que tradicionalmente se arrogava, de governar e proteger “as classes inferiores”. Tinha como principal opositor os filósofos radicais defensores do sufrágio universal e das reformas do Estado que tanto exauriram os trabalhadores e indigentes. Em sua busca por novas formas de heroísmo, cogitou a aristocracia de sangue, redimida do seu desempenho político inócuo, uma classe inerte que perdia prestígio e fundamento econômico. Considerou os reis e imperadores, chefes militares e políticos cuja aparição se tornava mais difícil com os progressos e as limitações da democracia liberal. Suas expectativas se voltavam para a ascensão dos homens de letras, que tantos progressos trouxeram à civilização e que, mas cuja organização para governar se mostrava inviável. Por fim nutria especial admiração pela nova aristocracia de talento, os capitães de indústria, pela autoridade advinda do contato direto e pessoal com os trabalhadores.

Em uma perspectiva oposta à idéia de que apenas alguns, os “melhores”, seriam os eleitos para governar, estava aquela sobre a *universalização do heroísmo*. Esta brecha na teoria dos heróis levou o estudioso Philip Rosemberg a posicionar Carlyle à esquerda dos cartistas por conceber o homem comum, adorador do herói como o sétimo tipo de herói. O estudioso aproxima a universalização do heroísmo, da perspectiva de emancipação da humanidade através da conscientização e da ação revolucionária da classe operária (ROSEMBERG, 1974, p. 188-202). É correto afirmar que a reforma moral da sociedade pressupunha que todos nela se engajassem na transformação. Contudo, ela permanecia prioritariamente uma transformação individual e não coletiva. Para efetuar a transição do individual para social, Thomas Carlyle nunca admitiu a classe trabalhadora como a classe ‘heróica’, pelo que se explica sua resistência à democracia. Nem tampouco cogitou que a *terra heróica prometida* seria uma comunidade sem classes e sem propriedade privada. Como advertiu Engels, na ocasião da publicação de *Past and Present*, Carlyle atribuía à divindade sobrenatural, qualidades e potencialidades que pertenciam ao próprio homem.

Thomas Carlyle sentia a imprescindibilidade do aparecimento de uma teoria da ação eficaz que seria protagonizada pelos grandes homens na história que na prática não apenas libertassem os demais homens da opressão, mas promovessem uma libertação moral e espiritual. Chris Vanden Bossche (BOSSCHE, 1991) argumenta que, em todos os seus escritos, Carlyle promovia uma busca pela autoridade desacreditada, com o intuito de sanar a sensação de impotência diante da realidade e de substituir a crença protestante por uma nova doutrina. Não é possível relacioná-lo diretamente com os interesses de um partido determinado, seja com a reação literária dos *tories*, seja com um radicalismo camuflado como se tem afirmado. Seu clamor por maior atenção em relação à questão social, seu combate às leis do mercado como únicos reguladores da condição de subsistência dos trabalhadores, sua defesa da educação universal, e principalmente, a crítica de que a democracia ampla e irrestrita não representaria a solução para os problemas sociais gerados pelo capitalismo, são pontos de vista de um debate que permanece atual.

Por outro lado, a teoria dos heróis de Carlyle contém uma contradição presente na visão de mundo do romantismo: ao mesmo tempo que se deseja transcender o capitalismo e se restaurar um modelo de comunidade e de valores precedentes, esbarra-se na impossibilidade de fazê-lo. A mais séria limitação contida na teoria dos heróis e do culto aos heróis é pensar que a ação transformadora é dádiva de alguns homens especiais, que agiriam no interesse de toda a sociedade e não em nome de interesses específicos de sua classe social, e de que os trabalhadores, os heróis anônimos presentes em sua concepção da história, não serão capazes de transformar seu próprio destino.

Esta limitação impôs à sua obra uma aura conservadora que provavelmente tornou-se a razão para aceitação da teoria dos heróis dentro e fora da comunidade histórica entre meados do século XIX e XX. O culto aos heróis, apreendido não como relação recíproca, mas apenas em sua unilateralidade, atraiu muitos adeptos, sobretudo entre a intelectualidade, dentre aqueles que percebiam nos Estados nacionais emergentes e em seus representantes eleitos ou auto proclamados, os depositários de todas as esperanças de progresso material e cultural. Esquecia-se assim o aspecto utópico em Carlyle, para percebê-lo como apologista do Estado autoritário e precursor do pensamento totalitário do século XX.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Presente*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOSSCHE, Chris R. Vanden. *Carlyle and the search for authority*. Ohio: Ohio State University Press, 1991.

CARLYLE, Thomas. *Heroes and Hero worship*. New York: The Macmillian Company, 1897.

_____. "On Biography". In: *English and other critical essays*. London: Dent and Sons Ltd, 1925.

_____. "On History" In: *Thomas Carlyle: selected writings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1986.

_____. *Past and Present*. London: Chapman and Hall Ltd, v. X, 1897. (Centenary edition; The works of Thomas Carlyle in thirty volumes).

CHANDLER, Alice. *A Dream of order: the medieval ideal in 19 th century English literature*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1970.

COLLEY, Linda. "Dominance" In: *BRITONS: Forging the Nation 1707-1837*. New York: Yale University Press, 1992.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1982.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998.

HIMMELFARB, Gertrude. *Victorian Minds, a study of intellectuals in crisis and ideologies in transition*. Chicago: Elephant paperbacks, 1968.

HOOK, Sidney. *O herói na História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, s/d.

LEVINE, Philipa. *The Amateur and the professional: Antiquarians, Historians and Archaeologists in Victorian England, 1838-1886*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

LÖWY, Michael & SAYRE, Robert. & SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia, o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÖWY, Michael. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990. (Coleção Debates).

MICHELET, Jules. "Prefácio". *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RIGNEY, Ann. "The untenanted places of the past : Thomas Carlyle and the varieties of historical ignorance". In: *History and Theory, studies in the Philosophy of History*. Middletown: The Wesleyan University of Middletown, v. 35, n. 3, 1996.

RIOS, José Arthur. "Carlyle e o Brasil". In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Publ. Academia Brasileira de Letras, n. 38, jan/dez 2004.

ROSEMBERG, Philip. *The Seventh Hero, Thomas Carlyle and the Theory of Radical Activism*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

RUEDIGER, Francisco. R. *Paradigma do estudo da História*. Porto Alegre: IEL, 1991.

WEHLING, Arno. "Moral Romântica e a construção da Memória". In: *Estado, História e Memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society, 1780-1950*. New York: Columbia University Press, 1983.